

política

PT oficializa candidatura de Lula à presidência

Lançamento da chapa Lula-Alckmin ocorreu no Expo Center Norte, em SP



A soberania nacional, os direitos das mulheres, os programas federais e a disputa pelo controle das emendas parlamentares estiveram entre os principais temas do lançamento da candidatura à reeleição do presidente Lula (PT), ontem. O evento ocorreu em São Paulo, durante convenção do PT no Expo Center Norte, na Zona Norte da capital paulista. O vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, será o vice da chapa.

Em sua fala durante a convenção nacional do PT, Lula disse que busca mais do que programas sociais (“eu não quero ser o presidente do Bolsa Família”) e que vai brigar contra o Legislativo por causa das emendas. “Vai ter briga com emenda parlamentar. Vai ter briga com o papel que tem o Poder Legislativo”, disse. Mais tarde, afirmou não querer um “Lulinha paz e amor”, mas sim um “Lulinha porreta”.

O petista travará novo embate contra a família Bolsonaro - desta vez tendo Flávio como adversário, após ter vencido Jair na eleição de 2022. Se ganhar, será seu quarto mandato na Presidência. Na campanha de 2022, ele chegou a dizer que não concorreria à reeleição, citando inclusive a idade avançada, mas recuou ao longo do terceiro mandato.

Embora fosse previsto que Lula discursasse com o auxílio e um teleprompter, o presidente optou por ignorar o equipamento e falar livremente. A fala durou mais de 40 minutos e, antes que ele terminasse de discursar, boa parte do público já tinha ido embora. O evento teve início às 11h e as arquibancadas foram esvaziadas por volta das 13h.



Presidente, junto a seu vice, destacou próximas medidas caso reeleito

o discurso já quebrando um dos protocolos e pedindo que a primeira-dama Janja da Silva também discursasse. “Não é possível que a gente tenha esquecido, no principal evento da nossa campanha, de ter colocado uma mulher para falar”, disse o petista antes de convidá-la a falar.

Como a ideia é investir mais no primeiro ato de campanha, marcado para o dia 16 de agosto no Estádio 1º de Maio, na Vila Euclides, em São Bernardo do Campo (SP), berço político do petista, a convenção reduziu os discursos. Inicialmente, eram previstas apenas as falas de Edinho Silva, presidente nacional do partido, do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) e do ex-ministro Fernando Haddad, candidato ao Governo de São Paulo, além do próprio Lula.

Janja falou brevemente sobre mulheres precisarem sempre se afirmar. Ela vestia uma camiseta com uma impressão do rosto de Lula quando criança. Lula reclamou de não poder pedir votos ainda, já que a Lei Eleitoral só permite que o candidato possa fazer isso a partir do dia 16 de agosto, após o fim do prazo de registro das candidaturas na Justiça Eleitoral.

“Eu falei na Bahia, pedi voto e vou ser multado”, afirmou.

A soberania nacional foi amplamente defendida pelos aliados de Lula durante o evento. O tema é uma das tônicas do PT nestas eleições diante do tarifaço imposto por Donald Trump, presidente dos Estados Unidos, e do receio de que ocorra algum tipo de intervenção estrangeira na votação de outubro.

O PT tem trabalhado no resgate do uso da bandeira brasileira, que ficou associada à direita, e vem estimulando a militância a aderir ao verde e amarelo. Na arquibancada do lado esquerdo do pavilhão, um grupo ergueu um bandeirão do Brasil, tal qual torcida em estádio de futebol, e no telão a bandeira nacional também foi exibida. Alckmin, por exemplo, disse que a eleição dele e de Lula ajudou a salvar a democracia. “Se os nossos adversários, perdendo as eleições, tentaram um golpe de Estado, tinham como projeto matar quem foi eleito pelo povo, imaginem se tivessem ganho as eleições”, disse ele, lembrando a tentativa de golpe de Estado que levou à prisão de Bolsonaro.

Flávio Bolsonaro patina em busca de alianças

As recusas de PP e União Brasil e as prováveis rejeições de Republicanos e Podemos a uma aliança com o senador Flávio Bolsonaro (PL) fazem com que o principal candidato de oposição ao presidente Lula (PT) chegue ao fim do período de convenções partidárias

isolado, sem aliança com nenhum partido expressivo, com exceção do próprio PL. Aliados do senador apostam no governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), para reverter esse cenário, mas integrantes do Republicanos e do Podemos afirmam que a

tendência é que os dois partidos fiquem neutros na disputa presidencial, liberando seus diretórios estaduais para fazer campanha para quem for mais conveniente para a estratégia de eleger mais congressistas. O Republicanos fará sua convenção partidária amanhã.

Congresso volta do recesso sem previsão de plenário nesta semana

/ CONGRESSO NACIONAL

O Congresso Nacional retoma formalmente, nesta segunda-feira, os trabalhos após duas semanas de recesso parlamentar sem previsão de sessão plenária deliberativa tanto na Câmara dos Deputados, quanto no Senado Federal. Em meio à campanha eleitoral de 2026, os presidentes das Casas acordaram limitar os trabalhos legislativos em duas semanas de “esforço concentrado”. A primeira semana será entre os dias 10 e 14 de agosto, e a segunda entre os dias 31 de agosto e 3 de setembro.

A expectativa é que votações nos plenários da Câmara e do Senado ocorram apenas nessas duas semanas até as eleições gerais de outubro. Historicamente, o semestre de eleições é mais esvaziado no Congresso.

Entre os projetos que não foram votados no primeiro semestre, e que podem entrar nos debates a partir de agosto, está a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do fim da escala 6x1, que segue travada na mesa do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP).

Apesar da pressão do governo, que deseja votar o tema antes da eleição, não há indicativo de Alcolumbre quando o tema será encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A oposição defende a votação de uma PEC alternativa, mantendo a possibilidade de escala 6x1.

Outro projeto que o governo gostaria de ver votado é a PEC da Segurança Pública, votada na Câmara, e que aguarda deliberação no Senado. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem cobrado Alcolumbre, publicamente, para colocar o tema em votação.

No Senado, há ainda a expectativa de se votar o projeto de lei de regulação da exploração dos minerais críticos, já aprovado pela Câmara. O Congresso precisaria ainda votar os projetos de lei orçamentários, tanto o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), quanto o projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2027 que deve ser encaminhado pelo governo até o dia 31 de agosto.

A LDO estabelece as metas fiscais, define prioridades para o gasto público e fixa as regras que irão orientar a distribuição dos recursos no ano seguinte. A série de vídeos Orçamento Fácil, do Senado, faz uma analogia entre o orçamento público e uma pessoa que quer fazer várias coisas ao mes-

mo tempo: é preciso definir prioridades. No caso do orçamento, a LDO é etapa inicial desse planejamento, enquanto a LOA detalha quanto será destinado a cada programa, obra ou política pública. O projeto da LDO é analisado e votado, inicialmente, pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), que foi instalada e teve seu presidente, o deputado Domingos Neto (PSD-CE), definido em junho.

Um dos itens que despertam mais atenção todo ano no projeto da LDO, que recebeu o número PLN 2/2026, é o valor do salário-mínimo. Este ano, o texto enviado pelo Executivo ao Congresso em abril prevê um salário mínimo de pelo menos R\$ 1.717 no próximo ano. Isso significa aumento de R\$ 96 (5,9%) em relação ao valor atual, de R\$ 1.621.

Além do salário-mínimo, o projeto da LDO também estipula outros indicadores econômicos para o estabelecimento de metas e a elaboração do orçamento. Exemplos disso são a inflação (3,04%), o Produto Interno Bruto (PIB) real (2,56%), o câmbio (R\$ 5,47) e os juros (10,55%).

O Congresso tem ainda 87 vetos que trancam a pauta do Legislativo, entre eles, há vetos ao projeto de regulamentação da reforma tributária, ao Estatuto do Pantanal, às LDO e LOA de 2026, ao marco do setor elétrico e o veto integral à Lei da Dosimetria, que reduz o tempo de prisão para condenados pelo 8 de janeiro.

Entre outros temas debatidos no semestre anterior, mas que não chegaram ao plenário das Casas, está o PL da Misoginia, que criminaliza a discriminação contra mulheres, e o PL da Inteligência Artificial (IA), que regula a tecnologia no Brasil e foi apresentado como uma das prioridades do presidente da Câmara, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB).

Nesta primeira semana da volta do recesso, estão previstas apenas sessões solenes, como a homenagem à fundação da Assembleia de Deus - Ministério de Madureira, marcada para esta terça-feira, na Câmara.

Já no Senado a previsão é de uma sessão, na sexta-feira, no plenário, para marcar o Agosto Lilás, voltado à campanha pelo fim da violência contra mulheres. Algumas comissões convocaram sessões para esta primeira semana. A Comissão Mista do Orçamento (CMO) discute o financiamento da educação infantil do Brasil, em audiência pública, na quarta-feira.